

Realizaram-se, em Genebra, entre 22 e 26 de janeiro, a 32ª reunião do Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre o processo WSIS (CWG-WSIS) e a 11ª reunião do Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre Políticas para Internet (CWG-Internet). Em 22 de janeiro ocorreu a 6ª edição do processo de consultas abertas presenciais sobre o tema “Superando o Hiato Digital de Gênero”.

## **CONSULTAS ABERTAS**

2. O processo de consultas abertas sobre a superação do hiato digital de gênero desenrolou-se entre outubro de 2017 e janeiro de 2018. Um total de 52 contribuições foram recebidas, das quais 21 de governos, 22 de da comunidade técnica e sociedade civil, 7 do setor privado e 2 de organismos intergovernamentais. A consulta constituiu-se de cinco questões, para as quais o governo brasileiro havia contribuído por ocasião da 9ª reunião do CWG-Internet: (1) exemplos de boas práticas disponíveis que visem a incrementar o acesso à Internet e a alfabetização digital de mulheres e meninas; (2) exemplos de boas práticas disponíveis que visem a promover o acesso a e uso de TICs por PMEs em países em desenvolvimento, especialmente as empresas dirigidas por mulheres; (3) mecanismos existentes para medir a participação de mulheres na economia digital, com foco nas PMEs; (4) medidas possíveis para promover o papel das mulheres como empresárias e administradoras de PMEs, com foco para os em países em desenvolvimento; e (5) principais desafios relacionados e o papel dos governos.

3. O processo de consultas abertas presenciais contou com cerca de 100 participantes registrados, e foi precedido, como de costume, por mesa redonda da qual participaram, nessa ocasião, representantes da UIT, dos governos australiano e canadense, da ISOC e do “International Trade Center”, entre outros. Durante o debate que se seguiu, foram identificadas medidas que poderiam ser tomadas na perspectiva de contribuir para a superação do hiato de gênero, entre as quais: (a) integrar a perspectiva de gênero nas políticas e estratégias digitais nacionais; (b) estimular o investimento na infraestrutura de acesso à Internet de banda larga; (c) promover programas de treinamento digital direcionados a mulheres e meninas; (d) promover programas de incentivo à participação de mulheres nos setores tecnológicos; (e) incentivar o maior envolvimento das mulheres com o processo de construção de políticas públicas voltadas à digitalização; (f) adotar medidas voltadas a incrementar a confiança e a segurança digital das mulheres; e (g) estimular a produção de dados desagregados por gênero, de forma a melhor medir os desafios da inclusão digital das mulheres.

## **CWG-INTERNET**

4. A reunião do Grupo ofereceu oportunidade para uma continuação das discussões em torno do tema selecionado para as consultas abertas. Em suas palavras de boas-vindas, o Secretário-Geral da UIT, Houlin Zhao, fez menção às medidas tomadas pela Organização em matéria de inclusão de gênero, entre as quais incentivos, no âmbito da própria à própria UIT, para a ocupação, por mulheres, de funções de direção e chefia. Zhao aludiu, ademais, ao fato de que a Organização passaria a enviar, a cada nova atividade, convites às missões acreditadas solicitando a designação de mulheres.

5. Após a adoção da agenda, Brasil, Estados Unidos e Canadá apresentaram contribuições ao debate, por meio de apresentações, que se somaram aos documentos escritos enviados.

6. Nesse contexto, o MSC Carlos da Fonseca fez a seguinte apresentação:

“Thank You for the opportunity to present the Brazilian perspective on this very important issue. Brazil considers the Gender Digital Divide, first and foremost, as a matter of principle, a matter of exercising human rights in the digital environment. As the digital environment is nowadays fully integrated to our daily lives, gender issues should apply equally in both, in order for the digital environment both to reflect gender perspective and to enable the exercise of gender rights (economic, social and political).

It is essential that the gender perspective be embedded in policies related to the “digital transformation”, instead of only dealing with specific aspects, such as the gap in the access to the Internet. We believe the problem goes beyond that. It is a matter of digital culture, which is much more difficult to deal with, because it involves not only women and girls, but also their parents, their brothers, their husbands, their bosses, etc.

Numbers in Brazil are very paradigmatic in that regard. The Brazilian Internet Steering Committee, through its research Think Tank CETIC.br, publishes annual surveys on various aspects of ICT and the Internet. The most recent ones (2016) measured the overall access to the Internet in Brazil, and the results show a very even distribution among men and women in every age bracket. On a whole, there are as many women in Brazil accessing the Internet as men. So, the problem in Brazil is not the access to the Internet itself, but rather the “appropriation” of the Internet, what women and girls do when they have access to it. In that regard, there are a number of issues to be considered, from education to parental control. In many cases, parental control is associated with concerns about sexual harassment, gender violence, hacking hate, child pornography, etc. But it goes beyond “protecting” women.

In that regard, we believe that women/girls should get a better education on how to, safely and productively, use the Net, instead of having to be protected by someone. We believe that “protection” should be replaced by consciousness.

This situation has a relation with the matter of the participation of women in the ICT sector. The Brazilian situation is also very paradigmatic in that sense. When we look at indicators related to higher-level education attendance, numbers are very even – as a matter of fact, we have more women with a university degree than men. However, women represent only 20% of workers in the ICT sector, including data analytics and content production. The explanation to that paradox has also an element of culture and social behavior to it: today, as in the past, the majority of women attending university choose social studies rather than science.

This situation has important consequences. It basically means there are much less women producing Internet content and software, working on big data analytics, creating algorithm, developing digital standards, etc. In a word, the Brazilian digital environment, as it is now, is to a certain extent a male-driven

device. Women are almost invisible when it comes to the core elements of the Internet.

At another level, there is also the matter of regulation. In Brazil, there are fewer women than men dealing with those issues. Regulators are primarily men. We believe this situation also has impact in the way the Internet is regulated, in the sense that gender issues are not a primary concern.

Those are the reasons why most of the policies developed in Brazil to cope with those problems (which were listed in the document submitted) have to do with educating girls/women and making sure they have a greater role in the scientific sector. Those are long-term policies, but we believe them to be the most effective, in the sense they truly empower women without patronizing them.

In developing those policies, one of the biggest problems we had to face was the lack of data desegregated by gender. Before even starting to design those policies, we had to design specific enquiries and studies with a gender perspective. This problem affects a number of, as well as investigations, polls and surveys conducted by international organizations. It is a problem we should pay attention to when talking about “evidence-based policies”. Is there sufficient evidence available to substantiate policies directed towards women?

But there is one last point I would like to refer to very quickly before giving back the microphone – and this is the use of the Internet itself as a device to enforce women’s rights. In Brazil there is a number (a growing number) of initiatives, mostly by our civil society aiming at promoting the use of the Internet to increase awareness and give women tools to fight gender violence, to encourage scientific education among girls and to give publicity to feminist campaigns, among others”.

7. No debate que se seguiu, as delegações de Canadá, EUA e Reino Unido felicitaram o Brasil pela apresentação. O representante do Reino Unido salientou que a participação de mulheres do setor tecnológico digital era ainda menor do que a brasileira, com apenas 17%, e que somente 9% das estudantes universitárias britânicas participam de cursos sobre temas digitais. Na sequência, representantes de Austrália, Índia e Arábia Saudita apresentaram algumas das iniciativas em curso em seus países para a superação do hiato digital de gênero.

8. Passou-se em seguida à revisão das atividades da UIT em relação às áreas de atuação do CWG-Internet, conforme definidas pela Resolução do Conselho da UIT nº 1336 e as Resoluções nº 101, 102, 133 e 180, da Plenipotenciária de Busan. Nesse contexto, o Vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento-CSTD, Peter Major, fez breve relato sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Aprimorada-WGEC, em que destacou os seguintes aspectos: (1) o WGEC havia realizado, até aquele momento, quatro reuniões; (2) todas as reuniões haviam contado com tradução, o que facilitou a participação de atores que não dominam o inglês; (3) o presidente do WGEC havia produzido “Draft Report” que continha, por um lado, série de recomendações consensuadas sobre aspectos gerais e características da cooperação aprimorada; e, por outro, temas não consensuais, entre os quais propostas de criação de novos mecanismos institucionais para implementação do processo de cooperação aprimorada; (4) o WGEC deveria produzir relatório a ser apresentado por ocasião da reunião anual da CSTD, em maio; e (5) caberia à CSTD

discutir o documento e ponderar o envio de eventual projeto de Resolução para adoção pela AGNU.

9. Vale salientar que, em reunião de coordenação do BRICS, realizada à margem do CWG-Internet, o representante da Índia informou que deverá submeter à PP18 projeto de Resolução em que propõe a indicação da UIT como um dos órgãos a serem designados para o acompanhamento e implementação de iniciativas futuras relacionadas com a Cooperação Aprimorada.

10. Na sequência, o Grupo considerou as seguintes contribuições nacionais:

(1) Contribuição nº 11/3, de autoria de Rússia, Armênia, Azerbaijão, Belarus e Quirguistão, que encaminha ao Grupo, para informação, proposta de Resolução a ser considerada durante a Conferência Plenipotenciária 2018 (PP18), intitulada “Proposals for further work on the OTT International Public Policy”. O documento contém proposta de gestões da UIT junto aos Grupos de Estudo 3, 17 (UIT-T) e 1 (UIT-D) no sentido de que continuem sua análise dos impactos econômicos e de políticas públicas dos serviços “Over the Top” (OTT), inclusive no que tange ao papel dos órgãos reguladores, à proteção de dados pessoais e à autenticação em serviços de mensageria, e enviem ao CWG-Internet suas conclusões. A Resolução pede igualmente seja o CWG-Internet instruído a “perform analysis of public policy considerations related to OTT based on information from ITU-T and ITU-D SGs, contributions from Member States and open consultation materials”. Com base nessas contribuições, o Grupo deveria, segundo a proposta, “formulate proposals for the ITU Council with regard to possible aspects of the development of international public policy issues on regulating OTTs both nationally and internationally”.

(2) Contribuição nº 11/4, de autoria de Rússia, Armênia, Azerbaijão, Belarus e Quirguistão, que encaminha ao Grupo, para informação, proposta de Resolução a ser considerada durante a Conferência Plenipotenciária 2018 (PP18), intitulada “Proposals on Revision of the Resolution 179 (Rev. Busan, 2014): ITU's role in child online protection”. O documento tem por objetivo atualizar o conteúdo da Resolução 179, sobre o papel da UIT em temas afetos à proteção de crianças online, em especial no que tange às atividades do Grupo de Trabalho do Conselho dedicado ao tema, sugerindo maior coordenação com o CWG-Internet, “in order to contribute in a mutually beneficial manner to fulfilment of work under the mandate of these Council working groups, while striving to avoid duplication of effort”.

(3) Contribuição nº 11/5, de autoria da Índia, que encaminha ao Grupo, para informação, projeto de Resolução PP relacionada com as atividades da UIT em relação ao processo de Cooperação Aprimorada, tal como definidas pela Resolução PP 102, que instrui ao SG-UIT “to continue to take the necessary steps in ITU's own internal process towards enhanced cooperation on international public policy issues pertaining to the Internet as expressed in § 71 of the Tunis Agenda, involving all stakeholders, in their respective roles and responsibilities”. A proposta indiana, tal como adiantado durante a coordenação BRICS, vai no sentido de que a UIT procure garantir mandato para conduzir atividades técnicas relacionadas com a continuação do processo de Cooperação Aprimorada, no entendimento de que “certain objectives under enhanced cooperation, to be carried out by a new mechanism envisaged, are similar to the work already being carried out by ITU with a potential possibility of duplication of work”.

## **CWG-WSIS**

11. O principal tema da reunião do Grupo foram os preparativos para o WSIS Forum, que se realizará em Genebra, nos dias 19 a 23 de março. Em suas palavras iniciais, o SG-UIT destacou o fato que a próxima reunião do WSIS Forum marca os 15 anos de sua primeira edição, realizada em Genebra, em 2003. Houlin Zhao referiu-se ainda ao trabalho bem-sucedido realizado pela UIT, em cooperação com os diferentes stakeholders e “Action Line Facilitators”, no sentido de alinhar o processo WSIS e a Agenda 2030. Finalmente, salientou o fato de que, em razão da PP18, o Foro teria lugar no mês de março, e não em junho, como é tradição, o que exigirá de todos os interessados esforço adicional no sentido de enviar propostas e contribuições em prazo mais reduzido do que o habitual.

12. O Grupo passou, em seguida, à análise das atividades recentes da UIT em relação a temas de sua competência. Nesse contexto, o vice-presidente da CSTD, Peter Major, fez apresentação dos trabalhos do WGEC, em termos idênticos aos referidos no parágrafo oitavo acima.

13. Na sequência, o secretariado realizou apresentação sobre os principais aspectos do Foro WSIS, em especial prazos, datas e principais atividades previstas, com destaque para o WSIS Stocktaking Process e os WSIS Prizes. A apresentação suscitou debate em torno ao tema da tradução simultânea. Países africanos, com apoio de Rússia e de alguns países árabes, salientaram o fato de que o Foro não contava com tradução simultânea, o que limitava em muito a participação dos diversos representantes. Segundo esses países, “the current approach of expecting sponsors to pay for interpretation and translation of WSIS Forum documents was not tenable. ITU must work within the existing budget for the Forum to ensure interpretation first and foremost without relying on extra-budgetary contributions to decide whether it can do so”. Nesse contexto, sugeriram fosse considerada uma redução do tempo de duração do Foro, de cinco para três dias.

14. Em seguida, o secretariado apresentou informações atualizadas sobre a “Parceria para Medição das TICs e Desenvolvimento” (“Partnership on Measuring ICT for Development”), que envolve UIT, UIS e UNCTAD. Nesse contexto, a delegação brasileira questionou a ausência, na mais recente edição do relatório “Measuring the Information Society”, de indicadores atualizados sobre cestas de preços de telecomunicações, o que provocaria interrupção da série histórica disponível, com consequências em termos da aferição dos custos de conectividade digital por país. O secretariado ponderou que os indicadores estão disponíveis online, na “World Telecommunication/ICT Indicators database”, e que na edição de 2018 do “Measuring the Information Society”, seriam de novo incluídos.

15. Na última parte da reunião, as representações de Rússia e China apresentaram ao Grupo, para informação, proposta de Resoluções a serem consideradas durante a Conferência Plenipotenciária 2018 (PP18), sugerindo uma atualização da Resolução 140 (PP10), sobre o papel da UIT no acompanhamento dos resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, de forma a que essa Resolução reflita os mais recentes desdobramentos nas discussões havidas sobre os ODS. Nesse contexto, o documento russo propõe que uma nova Resolução, resultante da atualização da 140, agregue às atribuições da UIT a tarefa de acompanhar esses desdobramentos por meio

do CWG-WSIS, que teria seu mandato estendido e seu nome alterado para CWG-WSIS&SDGs (CWG on implementation of WSIS outcomes and achievement of SDGs).

16. As próximas reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho da UIT sobre o processo WSIS (CWG-WSIS) e Políticas para Internet (CWG-Internet) deverão acontecer em data a serem confirmadas no próximo mês de setembro.